

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
HISTÓRIA**

JULIANA NOTARO MANZANO

**EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA ATUAÇÃO DE PAULO FREIRE NA PREFEITURA
DE SÃO PAULO (1989-1991)**

Ribeirão Preto

2022

JULIANA NOTARO MANZANO

**EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA ATUAÇÃO DE PAULO FREIRE NA PREFEITURA
DE SÃO PAULO (1989-1991)**

Trabalho de conclusão de curso de História
do Centro Universitário Barão de Mauá
para obtenção do título de licenciatura.

Orientador: Dr. Felipe Ziotti Narita

Ribeirão Preto

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

M252e

Manzano, Juliana Notaro

Educação e cidadania na atuação de Paulo Freire na Prefeitura de São Paulo (1989-1991)/ Juliana Notaro Manzano - Ribeirão Preto, 2022.

35p.

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Dr. Felipe Ziotti Narita

1. Paulo Freire 2. Cidadania 3. Democracia I. Narita, Felipe Ziotti II. Título

CDU 37.022(815.6)

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸ 9878

JULIANA NOTARO MANZANO

**EDUCAÇÃO E CIDADANIA NA ATUAÇÃO DE PAULO FREIRE NA PREFEITURA
DE SÃO PAULO (1989-1991)**

Trabalho de conclusão de curso de História
do Centro Universitário Barão de Mauá
para obtenção do título de licenciatura.

Data de aprovação: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Dr. Felipe Ziotti Narita
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. José Faustino de Almeida Santos
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. Yuri Araújo Carvalho
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2022

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTO

Gostaria primeiramente de agradecer aos meus pais e meus irmãos, que desde muito cedo, ainda quando eu era criança, sempre me incentivaram a estudar e nunca desistir dos meus sonhos. Agradeço também ao meu companheiro Fernando, por tamanha paciência e compreensão que teve nos momentos mais difíceis que passei ao final desse curso, aos meus colegas de turma: Karina, Ana Luísa, Marília, Jade e Letícia, que nunca me deixaram sozinha nesses últimos anos, e aos meus professores que foram grandes exemplos para minha formação, em especial ao prof. Me. Yuri de Araújo Carvalho e ao prof. Me. Rafael Cardoso de Mello.

Por último deixo aqui meu eterno agradecimento por ter tido a oportunidade de ser aluna e orientanda do prof. Dr. Felipe Ziotti Narita, que desde o primeiro semestre de curso foi e sempre será uma inspiração para minha vida acadêmica.

“Se a educação sozinha não
transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo fazer uma análise da educação freiriana através do recorte do ano de 1989 até 1991 na cidade de São Paulo, período de redemocratização no país, pós-ditadura civil-militar, quando Paulo Freire foi convidado por Luiza Erundina (prefeita da época) a ser Secretário da Educação Municipal na capital, trazendo uma perspectiva em contraposição a educação tecnicista proposta durante o período anterior. O trabalho é dividido em três partes, sendo a primeira uma explanação sobre a educação tecnicista, adotada durante a ditadura no Brasil, a segunda é constituída pelas teorias da pedagogia freiriana e a terceira parte tem como análise a educação proposta por Paulo Freire para a cidade de São Paulo, no período de 1989 a 1991, desenvolvendo uma educação humanizada e democrática. A realização do trabalho conta com análises de fonte como livros e artigos seguindo as premissas de uma revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Paulo Freire. Cidadania. Democracia.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to make an analysis of Freirean education through the cut of the year 1989 to 1991 in the city of São Paulo, a period of redemocratization in the country, after the Civil-Military Dictatorship, where Paulo Freire was invited by Luiza Erundina (mayor at the time) to be Secretary of Municipal Education in the capital, bringing a perspective in contrast to technical education, proposed during the previous period, which had the Civil-Military Dictatorship. The work is divided into three parts, the first being an explanation of the technicist education, adopted during the Dictatorship in Brazil, the second is constituted by the theories of Freirean pedagogy, and the third part has as an analysis the education proposed by Paulo Freire for the city of São Paulo from 1989 to 1991, developing a humanized and democratic education. The accomplishment of the work relies on source analysis such as books, articles and bibliographic review.

Keywords: Paulo Freire. Citizenship. Democracy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DA DOCÊNCIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	12
2.1 O Processo do Golpe Civil-Militar de 1964	12
2.2 Educação vigiada e precária na Ditadura	13
2.3 Paulo Freire e o Golpe de 1964.....	16
3 A EDUCAÇÃO FREIRIANA.....	19
3.1 Autonomia e liberdade	20
3.2 Política e educação.....	22
4 PAULO FREIRE E A GESTÃO DA SME-SP (1989-1991)	26
4.1 O início e o desenvolvimento da gestão na SME-SP.....	26
4.2 O projeto de Paulo Freire na prática e o final de sua gestão na SME	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), atualmente Patrono da Educação Brasileira por conta da Lei nº 12.612 de 13 de abril de 2012, tem uma obra vasta e totalmente dedicada a uma educação libertadora, que emancipe o estudante e que lhe dê condições de usufruir das necessidades, bens de consumo e direitos que lhes são negados, muitas vezes até pelo próprio Estado (FREIRE; MENDONÇA, 2021). Obras como *Educação como Prática de Liberdade* (1967) e *Pedagogia do Oprimido* (1968) são algumas das várias obras de Paulo Freire dedicadas a educação.

Durante o período da Ditadura Civil-Militar, Paulo Freire enfrentou mais de sessenta dias de prisão, depoimento compulsório sobre seu trabalho pedagógico e o exílio forçado que durou por volta de quinze anos. Essa perseguição se deu logo após o sucesso de um método pedagógico de alfabetização em massa de trabalhadores no pequeno município de Angicos no estado nordestino do Rio Grande do Norte. O Professor Freire alfabetizou cerca de 300 adultos em pouco mais de 40 horas. O método que se deu ao longo de 1963 foi considerado um sucesso para Paulo, porque além de alfabetizar adultos com grande rapidez, envolvia os mesmos no processo de alfabetização com elementos abordados na aula pertencentes ao seu cotidiano. No entanto, essa prática pedagógica incomodou tanto a Ditadura que a perseguição ao Professor foi muito assídua resultando em seu exílio (FREIRE, 2018).

O período em que o Brasil viveu o domínio de uma ditadura civil-militar (1964-1985) esteve inserido em uma época de grande repressão e supressão dos direitos cidadãos por parte do Estado. Atos Institucionais foram decretados pelo governo, excluindo diversos direitos e liberdades conquistados pelo povo brasileiro como o direito ao voto a cargos executivos, por exemplo. Durante esse período a educação passou por sérias transformações e boa parte delas contribuiu com o seu sucateamento. Investimentos da educação pública foram duramente reduzidos e suspensos e a desvalorização da carreira profissional de professor também foi uma realidade enfrentada. E diante de todos esses acontecimentos, Paulo Freire continuou pesquisando, escrevendo, publicando e organizando sua obra dedicada exclusivamente a uma educação libertadora e que emancipe as pessoas, diferente de modelos tradicionais da educação que interpretam o estudante de uma maneira mais dependente e subserviente ao conhecimento detido apenas e exclusivamente pela figura do professor. O método freiriano em resumo acredita no potencial de criação e

participação do estudante na sociedade, sendo ele um sujeito histórico detentor de muito conhecimento (FREIRE; MENDONÇA, 2021).

Além de continuar escrevendo e produzindo, Paulo Freire também foi estudado e premiado em diversos países até hoje. No ano de 1979, o Professor retornou ao Brasil por conta da Lei da Anistia que dava o perdão da pátria para alguns exilados políticos e também todos os militares que cometeram crimes e abusos durante o período ditatorial. A partir daí, Paulo também se empenha na construção de uma nova sociedade democrática pós Ditadura envolvendo-se até diretamente com a gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no ano de 1989 (FREIRE, 1998).

Pesquisar a educação (e especialmente as obras de Paulo Freire) nunca foi tão necessário como na atualidade, visto que há uma espécie de movimentação de uma parcela incômoda da sociedade que quer diminuir a obra de Freire – e, em alguns casos, até lhe remover o título de Patrono da Educação, por conta de narrativas estranhamente associadas a obra do pedagogo. Defender essas conquistas e o direito de pesquisar e analisar essas temáticas se faz necessário para que os retrocessos não sejam iminentes. E é o que o trabalho em si manterá como um dos objetivos com a pretensão de ser atingido (VEIGA, 2021).

O trabalho pretende analisar a educação freiriana através de um recorte no tempo e na vida profissional de Paulo Reglus Neves Freire, quando assumiu a gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SMEd-SP) durante a administração da prefeita Luiza Erundina (PT) (atualmente reeleita deputada federal por São Paulo e pelo PSOL) em 1989, no início da redemocratização pós Ditadura Civil-Militar (1964–1985), até o ano de 1991; ano em que Paulo Freire se afastou da gestão secretarial. Analisamos a importância de sua proposta pedagógica e, como sua implementação antagonizou práticas opostas, inspiradas no tecnicismo, típicas do período ditatorial.

Esse trabalho é dividido em três capítulos de pesquisa. O primeiro capítulo consiste em uma explanação e análise das situações e condições enfrentadas pela educação brasileira durante o período da Ditadura Civil Militar (1964-1985) com análise de fontes, livros e artigos seguindo as premissas de uma revisão bibliográfica. O segundo capítulo será dedicado à análise de um dos caminhos da teoria freiriana mais voltada para a gestão de direitos humanos, sumamente na comunidade escolar e na sociedade onde ela está inserida; criando dessa maneira uma base para a construção e finalização do terceiro capítulo que explorará e analisará o período em

que Paulo Freire assumiu a gestão da SMEd-SP (1989-1991) desenvolvendo um projeto mais humanizado e democrático em conjunto com as escolas municipais da capital paulista.

Para os dois últimos capítulos, será utilizado como uma das bases teóricas principais o livro Paulo Freire, *Direitos Humanos e Educação Libertadora: Gestão Democrática da Educação Pública na Cidade de São Paulo*, organizado pela pedagoga e professora Ana Maria Araújo Freire, a Nita Freire, viúva de Paulo, e o cientista educacional Erasto Fortes Mendonça. Essa obra reúne várias análises, teorias e depoimentos do patrono da educação durante a gestão da SMEd-SP que farão com que o trabalho se encorpe com referências mais específicas. Esperamos que ele cumpra com o objetivo de escrever, analisar, discutir e afirmar cada vez mais a teoria freiriana e suas expectativas para com a educação brasileira e a transformação desse país tão desigual social e economicamente.

2 PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E DA DOCÊNCIA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste capítulo é possível perceber o quanto a educação e a docência foram extremamente desvalorizadas durante o período ditatorial, trazendo inúmeros retrocessos e sofrendo diversos tipos de repressões.

2.1 O processo do golpe civil-militar de 1964

No dia 31 de março do ano de 1964 foi consumado o Golpe Civil-Militar no Brasil, que tinha como seu principal objetivo evitar os avanços e crescimentos dos movimentos populares, juntamente com as reformas de bases propostas pelo presidente João Goulart. Reforma agrária, fiscal e educacional estavam entre elas. Esse foi mais um período em que se alavancou uma crise política no Brasil.

Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro (TOLEDO, 2004, p.15).

Muitas classes sofreram repressões durante os vinte e um anos de ditadura civil-militar: estudantes e professores, artistas, cantores, atores, compositores, músicos, escritores, intelectuais, jornalistas, militantes comunistas e da política esquerda em geral. O Golpe de 1964 emergiu por conta de uma comunhão entre parte das elites civis e militares, juntamente com grande adesão da classe média que estava envolta em um véu confuso de histeria coletiva, alarmismo e notícias falsas sobre uma possível invasão ou tomada comunista do poder.

Para que o regime ditatorial fosse implantado no Brasil, o golpe civil-militar de 1964 foi articulado por forças civis e militares representadas por diversos segmentos da sociedade. Sendo importante ressaltar que a “adesão” da maioria da classe média brasileira deu suporte e legitimidade ao sistema repressor, tendo em vista a profusão dos discursos do “perigo comunista” e da “ameaça de subversão da ordem”, alimentando o imaginário do medo. Essas expressões foram utilizadas frequentemente pela revista [Revista Manchete] no período analisado por esta pesquisa [1964] (NASCIMENTO, 2015, p. 12).

Ainda de acordo com Nascimento (2015, p. 40):

[...] Para a maioria dos militares, o governo de Goulart estava subvertendo os pilares básicos da instituição: a hierarquia e a disciplina. Para que houvesse uma ruptura com o governo eleito apoiaram-se num movimento que contava com parte das forças armadas, um número considerável dos parlamentares no Congresso Nacional, além de empresários, amplos setores da classe média, alguns importantes veículos de comunicação e do governo norteamericano. Além da participação dos governadores dos estados da Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, juntamente com suas polícias civis e militares.

Diante do atravancamento, por parte das pressões da elite civil e militar às mudanças propostas por Jango, além da ameaça iminente de golpe formada por tensões com parte do Exército, que discordava veementemente dessas modificações, a crise política se agravou. A partir do final do ano de 1963 as tensões no governo Jango vão crescendo e no início do ano de 1964 ocorreu um movimento crucial que unificou a direita civil-militar para a derrubada de João Goulart.

Neste sentido, será a partir do comício pelas reformas no dia 13 de março, sexta-feira, que a crise política se agudizará. Assim, paralelamente às versões alarmistas, forjadas pelos setores conservadores, alguns gestos e declarações de lideranças importantes do movimento nacionalista — pelo radicalismo verbal de que se revestiram — tiveram o efeito inesperado de unificar a direita civil e militar (TOLEDO,2004, p.23).

Assim, durante os dias 31 de março e 1 de abril de 1964, o Golpe Civil-Militar instaurou uma ditadura que durou vinte e um anos, se concretizou com o exílio forçado do presidente João Goulart no Uruguai e a nomeação às pressas do Deputado Federal Ranieri Mazilli para Presidente da República de maneira interina, até que o General Castello Branco assumisse. É possível escutar na plataforma de vídeos da Internet, Youtube, a declaração “emocionada” do Presidente do Senado da época, Auro de Moura Andrade sobre a vacância da Presidência em uma sessão tumultuada do Congresso Nacional no mesmo dia 31 de março. O parlamentar afirmava que “[...] há sob a nossa responsabilidade, a população do Brasil, o povo, a ordem. Assim sendo, declaro vaga a presidência da república” (GOLPE..., 2015).

2.2 Educação vigiada e precária na ditadura

A partir desse período da História do Brasil, a educação passou a ser rigidamente vigiada pelas Forças Armadas, parte das elites civis e classe-média,

formando uma rede de cooperação entre esses setores da sociedade para que a educação fosse monitorada, sempre com o amparo da histeria coletiva formada pelo suposto medo de um comunismo que, segundo esses setores, iria dominar o Brasil. Panfletos, declarações, manchetes de jornal e conceitos eram amplamente difundidos para que se construísse essa imagem negativa da educação associando-a à doutrinação, atestando assim a necessidade de vigia e tentativa de controle repressivo, principalmente por conta do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de investigação e repressão criado durante a ditadura:

O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela Lei nº 4.341 de 1964, cuja finalidade fora, principalmente, monitorar opositores à ditadura e oferecer o suporte necessário às ações do Estado –em termos de inteligência e informações –pode servir de exemplo para entendermos melhor o que se infere acerca dos ARE. Por meio desse órgão, o governo brasileiro atuou repressivamente sobre a sociedade, em especial, sobre o campo da educação e seus sujeitos, ampliando sua capacidade persecutória. Sob a batuta dos EUA, os militares constituíram um *modus operandi* que se tornou determinante para concretizar a estruturação física, material e intelectual necessária ao SNI. Em 21 de abril de 1967, segundo telegrama do então embaixador norte-americano no Brasil, o então chefe do SNI, Gal. Emílio Garrastazu Médici, alegando inexperiência com procedimentos de inteligência referente às mobilizações estudantis, solicitou ao governo dos EUA que ajudasse no monitoramento, identificação e contenção do que se tratava como distúrbios estudantis (“student disturbances”); escorandose na projeção de um “common enemy”(inimigo comum), o governo brasileiro dá o “sinal verde” para uma maior aproximação e cooperação entre os órgãos de repressão, sugerindo que as mobilizações que antecederam os levantes estudantis de 1968 eram ocorrências que ultrapassavam as fronteiras nacionais (MARINHO; SILVA, 2020, p. 86).

É possível ver uma grande aproximação entre Brasil e EUA na época, sinalizando uma simpática aceitação, por parte do governo, ao processo de imperialismo estadunidense nas Américas e no Brasil. Movimentos sociais e estudantis que se reuniam em organizações representativas, como por exemplo os Diretórios Centrais Estudantis (DCE), Uniões Estaduais de Estudantes e a União Nacional dos Estudantes (UNE), protestavam contra a perseguição na educação, mas também contra o seu sucateamento que foi duramente posto em prática pela Ditadura Civil-Militar, principalmente através da implementação da lei nº 5.692/71, que foi sancionada sem consulta pública, visto que não havia democracia no país, e que trouxe mudanças em toda a educação básica, tornando-a mais direcionada as demandas profissionais técnicas, deixando de lado o direcionamento acadêmico e científico da educação.

Há 46 anos, o país viveu um processo semelhante. Em 1971, o governo militar instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, depois de tramitação sumária no Congresso. A Lei 5.692 mudou a organização do ensino no Brasil. Numa alteração radical, o 2º grau passou a ter como principal objetivo a profissionalização. Em curto e médio prazos, todas as escolas públicas e privadas desse nível deveriam tornar-se profissionalizantes. Elas teriam que escolher os cursos que ofereceriam, dentre mais de 100 habilitações, que incluíam formações variadas como auxiliar de escritório ou de enfermagem e técnico em edificações, contabilidade ou agropecuária. O aluno receberia ao fim do 2º grau um certificado de habilitação profissional. Os governos estaduais teriam que implementar as medidas. A formação geral, antes oferecida por meio do secundário (que podia ser clássico ou científico), perderia espaço (BELTRÃO, 2017, p. 56).

Na época, havia protestos estudantis mediante o inchamento do ensino superior e a ausência de vagas nas universidades. O Brasil entrava em uma configuração mundial mais alinhada aos EUA, com uma proposta de modelo de produção capitalista mais agressiva e mais excludente. Com isso, a Ditadura troca o foco da educação básica no primeiro e segundo graus, migrando da direção teórico-científica para a direção do mercado de trabalho e o ensino técnico, principalmente nas escolas públicas. Além do mais, houve também um grande incentivo para formação de professores precarizados, mas que pudessem atuar com rapidez na escola pública para que o projeto tecnicista da educação durante a Ditadura Civil Militar fosse colocado em prática e a demanda por mão de obra barata fosse suprida:

Assim como o sistema educacional foi usado pela Ditadura Militar para a transmissão de ideologias para respaldar o golpe, a formação dos(as) professores(as) da rede pública também ficou comprometida, tornando-se fragmentada em seu caráter teórico, além de um excessivo número de profissionais que culminou em arrocho salarial e na desvalorização da profissão. Durante o período, a formação de professores(as) sofreu as consequências das políticas educacionais implantadas que levariam a educação a formar pessoas aptas para o mercado de trabalho, deixando de cumprir assim seu papel: a formação voltada para emancipação dos alunos e das alunas, através da formação para a cidadania. Além disso, foi posto o pressuposto da neutralidade no processo educativo, como expõe Saviani (2011, p. 381): “Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional”. Com base nisso, a formação de professores(as) tornou-se secundária no campo educacional. Foi preciso adaptar o(a) professor(a) ao trabalho pedagógico, já que este foi objetivado e organizado de forma parcelada. Os alunos e as alunas recebiam as informações necessárias para executar determinada parcela do trabalho, pois o país passava por transformações e se tornava cada vez mais industrializado. Era preciso assim, adaptar a educação aos moldes da produção fabril. Buscava-se uma maior eficiência no modo de produção capitalista sem que houvesse a interferência dos sujeitos. Era preciso, acima de tudo, garantir a acumulação de capital e, para isso, a formação sem senso crítico de um grande exército de reserva. Os estudantes de ensino superior estavam cada vez mais se manifestando, mesmo antes do golpe, pedindo o

aumento no número de vagas em instituições públicas, e após a tomada de poder em 1º de abril de 1964 passaram a serem vistos como os chamados “subversivos”, e suas manifestações começaram a receber repressões. Já nos primeiros anos de ditadura foi implementado a lei nº 5.540, que fez acontecer a Reforma Universitária em 28 de novembro de 1968 (LEME; BRABO, 2019, p. 86-87).

A educação sofreu com transformações bruscamente voltadas para produção de mercado capitalista e mão de obra técnica, perdendo boa parte de sua essência que visa um preparo teórico, científico e humanizado que possibilite ao estudante maiores chances de ingressar no ensino superior. Juntamente com a precarização da profissão docente e o arrocho salarial da categoria, o ensino básico e principalmente o público precarizou-se ao longo da Ditadura.

2.3 Paulo Freire e o golpe de 1964

Nesse contexto, considerando o período abordado desde o início deste capítulo, ganharam popularidade as atividades de Paulo Reglus Neves Freire, atual Patrono da Educação Brasileira. O professor (falecido em 1997) mantinha residência em Brasília durante a fatídica data do golpe de 1964, porém não estava na capital. Nada de muito significativo mudou até então, mas logo as tensões envolvendo Paulo iriam se agudizar:

Quando os militares tomaram o poder em 1º de abril de 1964, depondo o então presidente João Goulart, Paulo Freire vivia com a família em Brasília, a serviço do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Envolvido com o trabalho de formação de professores em Goiânia, era sua assistente, Carmita Andrade, quem o mantinha informado sobre a intensa movimentação política na capital. Apenas dois dias antes, Carmita havia sugerido que ele voltasse a Brasília de imediato, porque as tensões pareciam se agravar decisivamente. Retornado às pressas, Paulo se surpreendeu ao procurar Júlio Furquim Sambaqui e ser convidado a acompanhar a leitura de uma conferência que o ministro daria dali a alguns dias. O chefe queria sua opinião. Incrédulo com a ingenuidade de Sambaqui, Paulo o alertou para o que lhe parecia um quadro de grave instabilidade institucional — e para a improbabilidade de ocorrer qualquer nova atividade do governo que representavam. No dia seguinte, os militares se instalariam no poder (HADDAD, 2019, p. 23).

A partir daí, a crise política começou a se agravar ainda mais, fazendo com que Paulo Freire fosse alvo de acusações e ódio, principalmente por conta de seu método educacional libertador, que dava mais autonomia ao estudante, em contraponto à visão tecnicista de educação que era implantada no Brasil durante a

Ditadura. Assim, seu método foi condenando pelo governo e aliados diversas vezes, acusado de tentar implantar o comunismo no Brasil:

Na Câmara dos Deputados, políticos conservadores se revezavam na condenação permanente de seu método de alfabetização. Em 18 de abril, o deputado Emival Caiado, do partido conservador União Democrática Nacional (UDN), denunciou Mauro Borges, então governador de Goiás e aliado do ex-presidente Jango, de implantar o comunismo no Estado: “O método comunizante do sr. Paulo Freire teve entusiástica acolhida do Governo goiano. O sr. Mauro Borges deu total e completa cobertura a órgãos estudantis dominados por comunistas”. Caiado concluiu, aos brados: “Não creio que em nenhum outro Estado o comunismo tenha se infiltrado tanto!” (HADDAD, 2019, p. 26).

Foi assim que Paulo Freire foi sendo limitado e perseguido pela Ditadura Civil-Militar. Preso por algumas vezes, totalizando um processo de mais de setenta dias de frequência em prisões, celas e tribunais de justiça, o professor rende-se ao exílio forçado, temendo pelo pior, mas sem desistir da continuidade de sua reflexão crítica. Encaminhou-se para a Bolívia, morando e trabalhando em vários países do mundo durante quinze anos, podendo retornar apenas no ano de 1979.

Quando chegou no Rio, atendendo a uma nova intimação militar, Paulo se rendeu ao apelo feito por vários de seus amigos, entre eles o professor de literatura e líder católico Alceu Amoroso Lima, conhecido também como Tristão de Ataíde, e buscou exílio na embaixada da Bolívia. Antes disso, tentara sem sucesso a representação diplomática do Chile, que recusara seu pedido. Muitos colegas também tentaram encontrar formas de acolhê-lo no exterior, caso de Ivan Illich, educador austríaco radicado no México, que conhecera Paulo em uma visita ao Recife. Mas nada havia dado certo até então [...] Em 18 de outubro, alguns dias após Paulo ter partido para o exílio, Ibiapina Lima divulgou o relatório final do inquérito sobre o educador, no qual o acusava de ser “um dos maiores responsáveis pela subversão imediata dos menos favorecidos. Sua atuação no campo da alfabetização de adultos nada mais é que uma extraordinária tarefa marxista de politização dos mesmos”. Para Ibiapina Lima, Paulo não tinha criado método algum e sua fama viria da propaganda feita por agentes do Partido Comunista da União Soviética. “É um criptocomunista encapuçado sob a forma de alfabetizador”, acusava. Para o militar, Paulo era um fugitivo: “Recebeu um chamado para depor no Ministério da Educação e Cultura, no Rio de Janeiro, e ali chegando fugiu sem considerar que a Nação forneceu passagem de avião, confiando que um dos seus intelectuais não seria um relapso e um fujão. Após viajar, [...] asilou-se na embaixada da Bolívia, negando-se a depor e caracterizando, desta forma, toda a sua culpabilidade criminosa de que era um dos chefes. Assim, confirmou as acusações que pesavam sobre ele: assumiu por conta própria toda a responsabilidade por ter fugido. Quem não teme não se esconde” (HADDAD, 2019, p. 30).

O golpe civil militar de 1964 separou Freire dos seus trabalhos na universidade, na área cultural e no Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. Freire foi levado a aprender a conviver com outros povos – americanos por curto

período, europeus e, sobretudo, africanos, de países nos quais sua teoria e metodologia são abraçadas com força, crédito, limites e coragem (PINO, 2021, p. 01). Essas experiências, mesmo que forçadas por um regime autoritário e persecuidor, foram úteis para o enriquecimento do pensamento educacional e pedagógico do mesmo. Pensamento esse que enriquece o trabalho docente até os dias atuais.

3 A EDUCAÇÃO FREIRIANA

Atualmente em nossa sociedade ouvimos muitas críticas acerca da educação de Paulo Freire. Críticas vindas em sua maioria sem fundamento e espalhadas em rede social, muitas vezes alegando ser uma educação voltada para bandidos e tratando Paulo Freire como um completo delinquente da educação (VEIGA, 2019). Antes de começar a destrinchar essa concepção de educação, cuja qualidade é reconhecida no mundo todo, gostaria de salientar que se trata de uma educação de referência e de qualidade.

Nesse capítulo analisaremos a educação proposta por Paulo Freire, pernambucano conhecido mundialmente por uma educação que é o caminho para a emancipação. Uma educação que é totalmente voltada para a liberdade, criticidade e autonomia, defendendo uma existência digna de cidadão exercendo sua cidadania. Educação que faz o educando ser conhecedor de sua própria liberdade, dando uma lição de cidadania e solidariedade. Suas obras são um completo incentivo ao questionamento e à ação social, por uma educação que parta do amor revolucionário. Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira e foi o brasileiro que mais recebeu títulos de Doutor Honoris Causa, sendo 29 títulos dados por universidades na Europa e na América, e é citado no mundo todo (PAIVA, 2016). Ele escreveu dezenas de livros e, inclusive, é autor da terceira obra mais lida do mundo, segundo a London School of Economics, *Pedagogia do Oprimido*. Para Freire,

Ensinar é algo mais que um verbo transitivo relativo. Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa, e foi *aprendendo* socialmente que, historicamente, mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar (FREIRE, 2020, p. 25).

Paulo Freire, que ganhou o prêmio de Educação para a Paz da UNESCO em 1986 e já foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 1995, foi um pensador muito importante desde a década de 1950, mesmo após sua morte em 1997, trazendo uma teoria e prática que atua em uma perspectiva educacional que coloca a educação emancipatória como centro pedagógico, ajudando a enfrentar as grandes limitações sociais e econômicas dos educandos. Praticando uma educação que ensina uma leitura de mundo voltada para a transformação social (PAIVA, 2016).

Trata-se de uma educação assumidamente política, direcionada para a conscientização dos educandos, para que grande parte da parcela da população, a

menos favorecida da sociedade, entenda a situação de opressão em que vive, quem são seus opressores e como agir para obter sua própria liberdade.

Freire propõe, em seus títulos, uma prática educacional de criticidade, por meio da qual critica a educação da escola burguesa, denominada em suas obras de “educação bancária”, onde o educador apenas deposita seu conhecimento nos educandos que são vistos como uma tabula rasa e sem historicidade, sem conteúdo, sem conhecimento prévio, “dócil”. Aqui teremos a oportunidade de destrinchar algumas de suas obras, entendendo como funciona esse método de uma formação docente humanista, pois

Ensinar e aprender para o educador progressista coerente são momentos do processo maior de conhecer. Por isso mesmo, envolvem busca, viva curiosidade, equívoco, acerto, erro, serenidade, rigorosidade, sofrimento, tenacidade mas também satisfação, prazer, alegria (FREIRE, 2021, p. 83).

3.1 Autonomia e liberdade

Paulo Freire (2020) defende que a formação de docentes deve ser totalmente voltada para a autonomia dos educadores e educandos, trazendo pontos relevantes para a reflexão do papel do educador e do educando dentro da educação. O autor enfatizou sempre uma reflexão bastante pertinente sobre educação, sendo ela baseada na autonomia e na liberdade de educadores e educandos em sala de aula. Segundo Paulo Freire (2020, p. 24), “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Em sua obra *Pedagogia da autonomia*, Freire reflete sobre os saberes que são necessários e pertinentes para a prática de educadores: ensinar exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e a rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e a assunção da identidade cultural, consciência do inacabamento, respeito à autonomia do ser do educando, bom-senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, apreensão da realidade, alegria e esperança, convicção de que a mudança é possível, curiosidade, segurança, competência profissional e generosidade, comprometimento, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, liberdade e autoridade, tomada consciente de

decisões, saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica e querer bem aos educandos (FREIRE, 2020).

É importante salientar que a educação freiriana não se limita a apenas ensinar conteúdos – ensinar português, matemática, ciências e história –, mas ensinar a pensar certo, pensar como um ser histórico que conhece o mundo ao intervir no mundo, trabalhando conhecimento com historicidade. Trazendo as experiências e a classe social dos educandos para dentro do ensino, dentro da sala de aula, utilizando de seus conhecimentos prévios e de seu contexto social, econômico e cultural para explicar o mundo através de suas vivências com uma realidade concreta e acessível. “Só somos porque estamos sendo” (FREIRE, 2020, p. 34).

Freire traz todas essas significativas reflexões para uma prática progressiva, incorporando análises fundamentais de saberes.

O que é preciso, fundamentalmente mesmo, é que o filho assuma eticamente, responsabilmente, sua decisão, fundante de sua autonomia. Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas. Por que, por exemplo, não desafiar o filho, ainda criança, no sentido de participar da escolha da melhor hora para fazer seus deveres escolares? Por que o melhor tempo para esta tarefa é sempre o dos pais? Por que perder a oportunidade de ir sublinhando aos filhos o dever e o direito que eles têm, como gente, de ir forjando sua própria autonomia? Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do *ser pra si*, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade (FREIRE, 2020, p. 105).

Essa é uma educação que não ignora o fato de que, muitas vezes, o educador precisa usar sua autoridade para que a liberdade não ultrapasse os limites para manter uma ordem dentro de sala de aula. É preciso ter uma organização para seguir uma aula proposta com excelência e para isso deve existir um limite. Uma liberdade sem limite é uma liberdade castrada.

Paulo Freire mostra em suas obras que é destemido em defender a liberdade, seriedade, solidariedade, amorosidade e a luta para que educandos e educadores exerçam uma educação crítica e autônoma, para que todos e todas possam estar cada vez mais conscientes do que de fato é ser cidadão e cidadã e exercer sua cidadania na sociedade, conhecendo seus direitos e deveres e não apenas existindo aceitando tudo que lhe é proposto. Ele instiga educadores a lutarem

todos os dias por uma política que defenda a educação criticista, uma luta organizada e crítica contra todos os ofensores da educação.

Uma das formas de luta contra o desrespeito dos poderes públicos pela educação, de um lado, é a nossa recusa a transformar nossa atividade docente em puro *bico*, e de outro, a nossa rejeição a entendê-la e a exercê-la como prática afetiva de “tias e tios” (FREIRE, 2020, p. 66).

Na pedagogia freiriana não existe neutralidade em relação à política, não existe prática educativa descomprometida politicamente. Paulo Freire sempre defendeu que a educação deve ser totalmente voltada para a decisão e para a responsabilidade social, não podendo assim ser estruturada na neutralidade. Como seres políticos, os alunos e os professores devem ser pensados como sujeitos engajados em suas circunstâncias históricas, de modo que a educação sempre dialoga com a condição desses sujeitos.

3.2 Política e educação

É possível perceber o quanto a educação freiriana traz uma reflexão político-pedagógica, uma posição firme quanto a não neutralidade educacional, sobre a importância de educadores cada vez mais ativos politicamente, lutando por uma postura ético-democrática para a humanização, libertação e autonomia. Inclusive, Paulo Freire publicou um livro chamado *Política e educação*, que traz a dimensão de que a política pode e deve existir dentro da educação, mostrando e afirmando que homens e mulheres são sujeitos de sua própria história e não somente objetos da sociedade, possibilitando a construção de um mundo mais justo e democraticamente melhor. Nesse sentido,

Não pode haver caminho mais ético, mais verdadeiramente democrático do que testemunhar aos educandos como pensamos, as razões por que pensamos desta ou daquela forma, os nossos sonhos, os sonhos por que brigamos, mas, ao mesmo tempo, dando-lhes provas concretas, irrefutáveis, de que respeitamos suas opções em oposição às nossas (FREIRE, 2021, p. 44).

Fica claro pensar que, se a educação for neutra, é impossível que educandos e educadores respeitem pensamentos diferentes, sequer poderia existir

uma educação democrática sem expor suas ideologias. Não existe qualidade na educação se ela for neutra.

É importante pensar na alfabetização como um elemento formador da cidadania. Paulo Freire utiliza desde o momento da alfabetização para gerar a assunção da cidadania, enfatizando a todo momento que para isso o educador precisa assumir sua politicidade da educação. “[...] Não posso pensar-me progressista se entendo o espaço da escola como algo meio neutro” (FREIRE, 2021, p. 55). É preciso reconhecer que, para a educação freiriana, a compreensão de uma prática educacional e a metodologia utilizada pelo educador não podem operar de forma idêntica sempre, já que existe toda uma intervenção política, histórica e cultural. Como educador, o profissional deve conhecer todas as diversas formas de resistência das classes populares, num sentido amplo, desde seus medos e devoções, até suas festas e danças, porque para ter uma ação político-pedagógico eficiente é preciso levar em conta essas resistências.

O educador precisa estabelecer uma relação com seus educandos, uma intervenção democrática, uma experiência de atividade educativa com limites e liberdades, desvelando o mundo da opressão e não somente ensinando conteúdos com competência, é preciso unificar isso. Essa é uma luta que exige não somente uma competência científica, mas também uma clareza política muito grande. É preciso fazer uma educação popular dentro do ambiente escolar, e para isso o educador que é progressista precisa dessa clareza política.

Ainda nesse livro, Paulo Freire traz diversas reflexões sobre o direito de criticar e o dever de não mentir, e o quanto isso é fundamental para o processo de aprendizagem democrático. Para começar, se faz necessário entender que para criticar devemos conhecer o objeto de nossa crítica.

Não é ético nem rigoroso criticar o que não conhecemos. Não posso fundar minha crítica ao pensamento de A ou de B no que ouvi dizer de A e de B, nem sequer no que apenas li sobre A e B, mas no que eu mesmo li, no que pesquisei em torno de seu pensamento. É claro que, para criticar positiva ou negativamente o pensamento de A ou de B, me é importante também saber o que deles dizem outros autores (FREIRE, 2021, p. 70).

A forma como os educadores tratam com responsabilidade ou irresponsabilidade de autores dos quais concordam ou discordam interfere de maneira positiva ou negativa na formação de seus educandos, por isso é muito importante que

tenham certeza daquilo que é reproduzido na sala de aula, para que a aula não seja neutra, mas seja séria, pois isso pode acarretar uma formação sem qualidade e comprometimento.

É intrigante pensar sobre isso, pois Paulo Freire explica sobre algo que seus críticos fazem o tempo todo, como disse no começo deste capítulo: ele vem sendo criticado a todo instante por pessoas que sequer leram suas obras, assistiram às suas palestras, foram seus alunos ou pesquisaram sobre a educação freiriana, mas reproduzem mentiras e polêmicas que acarretam uma desinformação na sociedade que prejudica cada vez mais a educação brasileira. Outro ponto importante dessa obra é a reflexão sobre a educação e a participação comunitária:

[...] Fazendo educação numa perspectiva crítica, progressista, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à *participação* por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao que fazer educativo (FREIRE, 2021, p. 77).

A prática educativa é uma prática social, tão importante na sociedade e tão necessária quanto a prática cultural e a religiosa por exemplo. “[...] O sujeito que, ensinando, aprende e o sujeito que, aprendendo, ensina.” (FREIRE, 2021, p. 80). É por isso que é impossível uma educação neutra, pois a experiência educativa coloca o educador como um sujeito participante.

Paulo Freire faz uma importante observação sobre a participação, uma participação sendo exercida na voz, exercida na decisão, no direito de ter uma cidadania de fato, uma cidadania ativa e não apenas um título de cidadão, com uma educação progressista, seus educadores são totalmente coerentes em seus discursos e práticas. Por isso, ele ressalta que

[...] Constitui contradição gritante, incoerência clamorosa uma prática educativa que se pretende progressista mas que se realiza dentro de modelos de tal maneira rígidos, verticais, em que não há lugar para a mais mínima posição de dúvida, de curiosidade, de crítica, de sugestão, de presença viva, com voz, de professores e professoras que devem estar submissos aos pacotes; dos zeladores, das cozinheiras, dos vigias que, trabalhando na escola, são também educadores e precisam ter voz; dos pais, das mães, que são convidados a vir à escola ou para festinhas de fim de ano ou para receber queixas de seus filhos ou para se engajar em mutirões para o reparo do prédio ou até para “participar” de quotas a fim de comprar material escolar... Nos exemplos que dei, temos, de um lado a proibição ou a inibição total da participação; de outro, a falsa participação (FREIRE, 2021, p. 86).

A escola deve ser um espaço para que os educandos possam ter uma participação juntamente com a comunidade, a comunidade precisa entender que ela faz parte da escola assim como cada tijolo que lá foi colocado. Como é possível uma escola ter qualidade se ela estiver distante da sociedade? Da mesma forma, é impossível a escola se distanciar do contexto social de cada educando.

Pensando em uma prática freiriana, uma prática política, o Brasil teve a oportunidade de concretizar esses pensamentos na cidade de São Paulo, onde Paulo Freire foi convidado para exercer a função de secretário da educação durante o governo da prefeita Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, tendo atuado na área da gestão pública entre 1989 e 1991.

4 PAULO FREIRE E A GESTÃO DA SME-SP (1989-1991)

Ao final de 1988, foi eleita a primeira mulher para prefeita do município de São Paulo, Luiza Erundina de Souza. Um momento político de grande envergadura para a democracia brasileira (FRANCO, 2014, p. 105). Com essa vitória simbólica, após vinte e um anos de Ditadura Civil-Militar, havia-se uma grande necessidade de mudança, principalmente em áreas primordiais como a educação. Logo, a cidade de São Paulo necessitava de um Secretário Municipal da Educação à altura dessa responsabilidade: Paulo Reglus Neves Freire.

Freire era o símbolo da mudança educativa que o PT propunha para a população de São Paulo. Ademais, como educador, que viera de um exílio de mais de quinze anos, encontrava-se em São Paulo, tendo reaprendido o Brasil após regressar e viajar incessantemente, dando palestras, ouvindo o professor, o dirigente sindical e político, o camponês, a mulher trabalhadora, o trabalhador industrial, o morador da favela, o “Gramsci popular” – como ele disse anos atrás a Carlos Alberto Torres (GADOTTI; TORRES, 2001, p. 12 *apud* FRANCO, 2014, p. 105).

Foi nesse contexto que Paulo Freire aceitou a gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e montou uma equipe satisfatoriamente coesa em seu método e teoria, podendo assim vê-los sendo aplicados na prática. A educação do município de São Paulo (1989-1991) foi gerida pelo professor que foi expulso do Brasil durante quinze anos, de 1964 a 1979, durante a Ditadura e considerado subversivo por tentar implantar um método pedagógico eficiente de letramento mais autônomo para os estudantes e a educação brasileira.

4.1 O início e o desenvolvimento da gestão na SME-SP

Quando Freire assumiu a SME, herdada do governo anterior de Jânio Quadros (PTB), a situação era crítica. O município possuía 703 escolas que atendiam a cerca de 720.000 alunos de maneira precária por conta das privatizações e precarização do ensino realizadas pela Ditadura Civil-Militar na cidade de São Paulo. O analfabetismo era outro desafio para se enfrentar também; dentre os 11 milhões de habitantes, o analfabetismo absoluto atingia cerca de 1 milhão de pessoas com 15 anos ou mais na região metropolitana de São Paulo e outros 2,5 milhões de jovens e adultos que possuíam menos de quatro anos de estudo (NÉSPOLI, 2013, p. 34).

Assumindo a gestão pública nos primeiros anos da redemocratização, Freire lidou com a necessidade de ampliação do sistema escolar e, sobretudo, a integração dos indivíduos em uma ideia de cidadania que permitisse a educação para a democracia.

A gestão de Freire tinha como objetivos principais a ampliação do acesso e permanência das camadas populares nas instituições públicas de ensino, a democratização do poder pedagógico e educativo para que todos ligados a escola fizessem parte do projeto pedagógico de autogestão, maior qualidade na educação e formação docente e o combate ao analfabetismo de jovens e adultos (NÉSPOLI, 2013, p. 34). E foi dessa maneira que Paulo traçou planos e metas para que a educação municipal da cidade de São Paulo fosse mais democrática durante o período de redemocratização brasileira, pós Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

A construção da escola pública popular e democrática foi a proposta de política educacional para a rede municipal de Educação de São Paulo, tendo figurado como lema da gestão Paulo Freire, em busca da melhoria da qualidade social da educação para crianças, jovens e adultos. (FREIRE, 1991; SAUL, 1998). A construção dessa escola não poderia ocorrer sem a participação democrática da comunidade escolar, bem como de outros setores que se relacionavam à escola. Esse projeto seria impensável, sem o exercício da cidadania crítica e de uma construção, em colaboração (SAUL; SAUL; VOLTAS, 2021, p. 632).

É evidente que o modelo de educação municipal que Paulo Freire tinha como referência e desejo de implantar no município de São Paulo, durante a sua gestão na SME era contrário ao modelo administrativo tecnicista do governo anterior, modelo esse iniciado nos anos do Regime Civil-Militar, principalmente a partir da implementação da lei nº 5.692/71 que promovia uma grande reforma na educação e no sistema de ensino, como é abordado no primeiro capítulo deste trabalho.

Paulo Freire fez do termo “conscientização” o conceito central de sua obra. Por meio dele, Freire procurou apontar o caminho para superar o que ele denominou de “educação bancária” rumo a uma “educação para a liberdade” (GADOTTI; ROMÃO, 2001). Para o educador, não existe conscientização fora da práxis transformadora, da ação e da reflexão no sentido da emancipação humana, ou seja, a conscientização estimula os homens a intervirem na realidade para mudá-la, baseando-se em uma aproximação crítica da realidade, na qual os homens aparecem como sujeito da história. A educação aparece como uma interação homem-mundo, de modo que, seu uso no âmbito da libertação deve levar em consideração tanto a “vocação de ser sujeito” do homem, quanto às condições nas quais ele vive (NÉSPOLI, 2013, p. 38).

O processo de conscientização da educação deve ser desdobrado através de uma conscientização e organização principalmente das classes mais baixas da sociedade, assim como foi a experiência do MOVA - SP por exemplo, programa de alfabetização em massa que visava além do letramento, reforçar e ampliar os grupos populares organizando-os para assim fortalecer a luta pelos direitos sociais do cidadão (NÉSPOLI, 2013, p. 39).

4.2 O projeto de Paulo Freire na prática e o final de sua gestão na SME

Na prática, a gestão municipal de Paulo Freire transformou algumas áreas da educação, além de trocar o *modus operandi* dessas áreas em relação a gestão educacional. Um bom exemplo disso consiste na substituição das Delegacias Regionais do Ensino Municipal (DREMS) pelos Núcleos de Ação Educativa (NAES) que conseqüentemente também substituía o seu *modus operandi* de gestão educacional hierárquica. Ao invés das decisões serem tomadas de cima para baixo, a partir da criação dos NAES, haviam instâncias de assistência, acompanhamento e planejamento participativo das atividades pedagógicas (FRANCO, 2014, p. 112). A veiculação das informações e ações de forma permanente, foi outra modificação significativa que iniciou sua implementação nessa gestão:

Para que houvesse uma veiculação das informações e das ações de forma permanente foram criados os colegiados: central – realizado entre a equipe que coordenava as ações dentro do órgão central da SME; intermediário, que era a junção dessa equipe central com os Coordenadores dos NAES; e os locais, entre cada Coordenador de NAE e sua equipe local (FRANCO, 2014, p. 112).

Outra modificação aplicada na prática foi a construção de um Regimento Comum das Escolas da Rede Municipal de São Paulo, publicado em 1992; documento oficial do município que orientava todas as escolas com base nos princípios da gestão democrática, marcando também um período de transformações significativas para a educação municipal de São Paulo:

Para a construção do Regimento Comum das Escolas foi consolidado um processo de discussão e debate nunca antes visto no município de São Paulo. O movimento constava do seguinte processo: o documento era discutido nas escolas, que escolhiam seus representantes para as discussões nos fóruns regionais nos NAES. Após as discussões nos NAES,

eram eleitos os representantes para os debates em âmbito municipal, conseqüentemente, esses representantes retornavam para suas origens até voltar para a escola e vice-versa. Nesse processo de construção coletiva, o Regimento Comum das Escolas, assim como o Estatuto do Magistério Público Municipal de São Paulo, foi concluído em 1992 (FRANCO, 2014, p. 113).

Paulo Freire resgatou as boas tradições da educação que valorizavam a teoria e a ciência, ampliando a humanização de um método de gestão educacional baseado na democracia e na organização para a emancipação das classes mais pobres com significativas mudanças no *modus operandi* da máquina pública da educação paulistana. Paulo Freire não impôs métodos estanques ou autoritários a serem seguidos pelas escolas, pelo contrário, manteve a pluralidade de ideias sempre com o norte pedagógico libertador, investindo dessa maneira na formação, tanto dos educandos quanto dos educadores. O Movimento de Alfabetização de São Paulo (MOVA-SP) foi uma iniciativa dessa gestão que em conjunto com entidades da sociedade civil pode alfabetizar diversos habitantes da cidade e para além do letramento, construir uma consciência cidadã:

O MOVA-SP fez parte de uma estratégia de ação cultural voltada para o resgate da cidadania: formar governantes, formar pessoas com maior capacidade de autonomia intelectual, multiplicadores de uma ação social libertadora. O MOVA-SP estava contribuindo com esse objetivo ao fortalecer os movimentos sociais populares e estabelecer novas alianças entre sociedade civil e Estado (FREIRE, 1990, p. 101).

Em maio de 1991, Paulo Freire retirou-se da Secretaria Municipal de Educação, deixando-a sob o seu legado sob a tutela do professor Mário Sérgio Cortella, que continuou com a proposta idealizada por Freire, mantendo, inclusive, a mesma equipe, mudando apenas a chefia de gabinete, que passou a ser conduzida pela professora Sonia Maria Portella Kruppa (FRANCO, 2014, p. 113).

Ainda falando da qualidade da educação no município, nessa mesma gestão de Paulo Freire/ Mário Sérgio Cortella: foram instalados os primeiros laboratórios de informática, os quais foram mantidos nas gestões seguintes, porém sem grandes aperfeiçoamentos. Houve investimento em laboratórios de ciências, o que, infelizmente, não teve continuidade nas outras gestões posteriores. Foram criadas as Salas de Apoio para o atendimento às crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), denominadas Salas de Apoio às crianças com Necessidades Educacionais Especiais (SAPNE). Essas salas específicas para crianças com necessidades similares – Deficiência Mental (DM), Deficiência Visual (DV), Deficiência Auditiva (DA), etc - passaram a ser frequentadas algumas vezes por semana em horário adverso ao da escola regular. Foram criadas, para as crianças com

dificuldades de aprendizagens, Salas de Apoio Pedagógico (SAP), que funcionavam da mesma forma que as de SAPNE. Foi criado o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) que garantia aos estudantes, por meio das entidades organizadas conveniadas, a possibilidade de ter próximos às suas residências núcleos de alfabetização. Houve investimento na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na forma de supletivo, nas escolas municipais, o que demonstrava o compromisso com o direito do aluno trabalhador [...]. Outro ponto fundamental da gestão participativa de Paulo Freire na Prefeitura Municipal de São Paulo, como nos assevera Camargo (1997), foi a retomada dos Conselhos de Escola (CE) deliberativos. Os Conselhos eram eleitos em composição paritária, com a participação de membro da escola e da comunidade. Além dos Conselhos de Escola, foram introduzidos os Conselhos Regionais de Conselhos de Escolas (CRECES), em que os representantes dos CES participavam de reuniões regionais para aprimorar sua formação, como também para discutir e decidir questões referentes às escolas. Houve, também, um foco na formação dos grêmios estudantis, inclusive com salas para esse segmento nas construções dos novos prédios (FRANCO, 2014, p. 115-116).

Não faltam exemplos da teoria freiriana aplicada na prática durante o período da gestão de Paulo Reglus Neves Freire, atual Patrono da Educação Brasileira, na SME-SP (1989-1991). A sua proposta pedagógica autônoma e democrática é perceptível em suas ações transformadoras dentro dos órgãos da educação municipal paulistana. Paulo Freire e sua equipe de educadores deixaram um legado único para a cidade de São Paulo, legado esse muitas vezes precarizado e apagado nas gestões educacionais das administrações posteriores a de Luiza Erundina (PT). Relembrar esse legado e analisá-lo se faz muito necessário, principalmente nos tempos de crise política e alta polarização da sociedade brasileira atual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Paulo Freire é extensa e rica para a pesquisa, análise, trabalho e experimentação na prática. As teorias pedagógicas libertadoras freirianas estão intrinsecamente ligadas a vida de seu autor, uma vida de dedicação à educação, perseguição, exílio e oportunidade de desenvolvimento de um projeto público. É com essa análise que essa monografia espera ter alcançado seu objetivo principal de analisar e compreender recortes e fragmentos da vida, da teoria e da gestão da SME-SP de Paulo Freire.

O Professor Freire detém exemplos concretos de experiências a partir de suas teorias que funcionaram na prática como o fenômeno de Angicos e algumas iniciativas que foram realizadas durante sua gestão na SME-SP. Apesar de seu exílio durante a Ditadura Civil-Militar ter sido doloroso, a oportunidade de absorver capital cultural estrangeiro foi aproveitada por Paulo, fazendo com que o pedagogo compreendesse realidades distintas (africana, europeia, norte-americana e outras realidades pelos países que passou durante o exílio) da sociedade brasileira e especialmente de sua educação.

A teoria freiriana se apresenta como um movimento que vem de contramão às teorias pedagógicas conservadoras que cultivavam uma educação, como o próprio Freire classificava, de uma educação bancária, que só depositava conhecimento do professor na mente do aluno sem possibilidade de questionamento ou crítica; apenas absorvência de conhecimento que era colocado à prova durante as avaliações mais tecnicistas, sendo uma espécie de extrato que o professor retira do aluno, assim como se retira da conta do banco. É nesse contexto de mudança e resposta que essa monografia interpreta e analisa suas teorias.

A gestão democrática é um dos ápices da obra de Paulo Freire, quando assume a SME-SP no ano de 1989. Durante toda a sua estada frente da secretaria, Paulo procurava ir pelas vias democráticas tanto para propor soluções como para resolver conflitos ou implantar métodos advindos de sua teoria, mantendo sempre um norte pedagógico libertador, investindo na estruturação do letramento para os cidadãos e mais que isso, a estruturação de pensamento crítico e cidadão para os moradores de São Paulo através de parcerias entre sociedade civil e o Estado.

Dentro desse contexto de vida, obra e gestão de Paulo Freire é que esse trabalho se encerra, não com um ponto final e um sentimento de dever cumprido, mas

com um sentimento de que para construir uma educação libertadora assim como pretendia o Patrono da Educação Brasileira é necessário trabalho constante pelos valores pedagógicos libertadores e por políticas públicas que valorizem democraticamente o acesso das instituições, a emancipação e autonomia dos cidadãos da sociedade civil que precisam se organizar para transformar a sociedade atual numa sociedade menos desigual.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Renata Machado de. A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6512>. Acesso em: 2 dez. 2022.

BELTRÃO, Tatiana. **Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971**. 3 mar. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 27 out. 2022.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p. 123-143, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/chVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2022.

DOURADO, Flávia. **Olhares sobre o golpe de 1964**. 2014. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2014/05/19/olhares-sobre-o-golpe-de-1964/#.Y2VDMGnMLre>. Acesso em: 15 set. 2022.

FRANCO, Dalva de Souza. A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 - 1991) e suas consequências. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 103-121, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/DstDxKRdPqn98qwyMxLYn5p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2022.

FREIRE, Paulo. **[Correspondência]**. Destinatário: Luiza Erundina. São Paulo, 10 abr. 1990. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4550>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 49. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 65. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GOLPE de 1964: Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República. [S.l.]. **Canal Picilone**, 2015. (2 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bRe5U2epRWA>. Acesso em: 27 out. 2022.

HADDAD, Sérgio. **A prisão de Paulo Freire, “subversor dos menos favorecidos”, na ditadura**. *El País*, 22 out. 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/22/cultura/1571754417_189523.html. Acesso em: 03 out. 2022.

LEME, Renata Bento; BRABO, Tania Suely Antonelli Marcelino. Formação de professores: currículo mínimo e política educacional da ditadura civil-militar (1964-1985). **Revista Org & Demo**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 83-98, 4 out. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.36311/1519-0110.2019.v20n1.06.p83>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/7678>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MARINHO, David Glasiel de Azevedo; SILVA, André Gustavo Ferreira da. Invenção da educação subversiva: comunismo de jornal, o governo dos usa e a ditadura civil-militar brasileira. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 83-98, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/51580/29813>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Ditadura militar brasileira: a educação como instrumento de poder / brazilian military dictatorship. **Id On Line**, São Paulo, v. 13, n. 48, p. 208-229, 30 dez. 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/41466255/Ditadura_Militar_brasileira_A_Educa%C3%A7%C3%A3o_como_instrumento_de_Poder. Acesso em: 06 ago. 2022.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. "**Aconteceu, virou Manchete**": o golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16642>. Acesso em: 2 dez. 2022.

NÉSPOLI, José Henrique Singolano. Paulo Freire e Educação Popular no Brasil contemporâneo: Programa Mova-SP (1989-1992). **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 31-40, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20327>. Acesso em: 2 dez. 2022.

PAIVA, Vitor. **Paulo Freire é terceiro teórico mais citado em trabalhos acadêmicos no mundo**. 2016. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2016/06/paulo-freire-e-terceiro-teorico-mais-citado-em-trabalhos-academicos-no-mundo/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PINO, Ivany R. Paulo Freire, andarilho do mundo, de regresso ao seu povo, de volta ao seu país! **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. 1-6, jul. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es.254877>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cVsT7Z5vMWQs686R6b3n6xd/>. Acesso em: 15 set. 2022.

PIOVEZAN, Patricia Regina. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. 2017. 225 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148792>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PRIORI, Angelo *et al.* A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. *In*: PRIOLI, Angelo *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX.** Maringá: Eduem, 2012. p. 15-39.

RODRIGUES, Viviane de Souza. **A privatização da educação superior no Brasil: das reformas da ditadura militar (1964-1985) ao governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).** 2012. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/2555>. Acesso em: 20 out. 2022.

SAUL, Ana Maria; SAUL, Alexandre; VOLTAS, Fernanda Corrêa Quatorze. A política e a prática da gestão do currículo em São Paulo: ensinamentos de Paulo Freire à frente da secretaria municipal de educação (1989-1991). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 628-652, 31 ago. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.21573/vol37n22021.113183>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/113183>. Acesso em: 11 set. 2022.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, dez. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32622008000300002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882004000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/YLMc8hZWZfpV4sPzsZFCkqq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2022.

VEIGA, Edson. **Paulo Freire: como é visto no exterior o legado do educador brasileiro.** como é visto no exterior o legado do educador brasileiro. 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/bbc/2019/01/12/paulo-freire-como-e-visto-no-externo-o-legado-do-educador-brasileiro.htm>. Acesso em: 13 abr. 2022.

VEIGA, Edson. **Porque a extrema direita elegeu Paulo Freire seu inimigo.** 21 set. 2021. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/612971-por-que-a-extrema-direita-elegeu-paulofreire-seu-inimigo>. Acesso em: 21 out. 2022.